

**CADERNO DE ENCARGOS
CONCURSO PÚBLICO NACIONAL
Nº 17/UGA/INPS/2024**

**Empreitada de Obras de
remodelação da
UPS do INPS em Boa vista**

Unidade de Gestão de Aquisições - UGA

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente Concurso Público registado sob o nº **17/UGA/2024**, aberto pelo Instituto Nacional de Previdência Social, destina-se à contratação de uma empresa do ramo de construção civil, a nível nacional, para a realização de obras de remodelação do Edifício da Unidade de Previdência Social (UPS) de Sal Rei, situado na Ilha da Boa Vista, tendo em vista a necessidade de cumprir com a atividade planeada no Quadro Lógico para o ano em curso.

II. CLÁUSULAS TÉCNICAS

Os trabalhos a serem elaborados no âmbito do presente Concurso encontram-se especificados e definidos nos documentos anexos.

III. PREPARAÇÃO E PLANIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA

1. O Adjudicatário é responsável:
 - a) Pela preparação, planificação e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, incluindo casos de subcontratação;
 - b) Pela preparação, planificação e execução dos trabalhos necessários à aplicação das normas sobre segurança, boa ordem no local de trabalho, higiene e saúde no trabalho vigentes.
2. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios e acessórios, incluindo os materiais, meios humanos, técnicos e equipamento, compete ao Adjudicatário, assim como instalações para a Fiscalização e Dono da Obra, mobiladas com uma mesa, 6 cadeiras e casa de banho. Pode ser utilizado um espaço nas instalações em remodelação, considerando-se incluído nos preços unitários do orçamento.
3. O Adjudicatário realizará todos os trabalhos que, por natureza, exigência legal ou uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, incluindo:
 - a) Montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
 - b) Garantia da segurança de todas as pessoas na obra, incluindo subcontratados e terceiros, evitando danos nos prédios vizinhos e cumprindo as normas de segurança, higiene, saúde no trabalho e regulamentações públicas;
 - c) Restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas;
 - d) Construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas;

- e) Colocação de uma placa visível contendo a identificação da obra, do dono da obra, do empreiteiro, da fiscalização e, caso exista, do subempreiteiro, com menção do respetivo alvará ou título habilitante.

IV. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

1. O Adjudicatário assegura que tomou conhecimento das condições existentes no local para a realização dos trabalhos referentes à empreitada.
2. A obra deve ser executada conforme as regras da arte e em conformidade com o projeto de execução, este Caderno de encargos e as condições técnicas estipuladas contratualmente.
3. O Adjudicatário deverá seguir as prescrições técnicas definidas no Projeto, nas normas e regulamentos de Cabo Verde, nas especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e nas instruções de fabricantes ou entidades detentoras de patentes, aplicáveis aos trabalhos a realizar.

V. ACESSO AOS TRABALHOS

1. O Adjudicatário proporcionará à Entidade Adjudicante, ao seu Representante, ao Fiscal e a qualquer pessoa por ele autorizada, acesso a todas as instalações e locais onde os trabalhos estejam a ser preparados ou de onde se retirem materiais, artigos manufaturados ou equipamentos para a empreitada. O Adjudicatário deverá fornecer todos os meios e assistência necessários ao exercício deste direito.
2. O Adjudicatário deverá, para exame dos trabalhos, pôr a descoberto qualquer parte da obra ou fazer nela ou através dela as aberturas solicitadas pela Entidade Adjudicante, devendo depois cobrir de novo e arranjar tal parte a contento da Entidade Adjudicante.

VI. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

1. **Receção Provisória:**
 - a) A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, a ser efetuada logo que a obra esteja concluída, mediante solicitação do Adjudicatário ou por iniciativa da Entidade Adjudicante, considerando o prazo total ou parcial de execução da obra;
 - b) O procedimento de receção provisória obedecerá ao disposto nos artigos 171.º a 173.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.
2. **Receção Definitiva:** A receção definitiva ocorrerá após a realização da vistoria, assegurando que a obra se encontra em perfeitas condições para o seu recebimento.

VII. GARANTIA

1. O prazo de garantia é de 2 (dois) anos, contados desde a data do auto de receção definitiva.
2. Caso ocorram receções provisórias parcelares, o prazo de garantia aplica-se a cada parte da obra recebida.
3. Se os equipamentos afetos à obra, mas autonomizáveis, tiverem prazo de garantia superior ao previsto neste artigo, será esse o prazo aplicável.
4. O Adjudicatário deverá corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos identificados até ao termo do prazo de garantia, entendendo-se como tais quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos.
5. Se os defeitos não forem suscetíveis de correção, a Entidade Adjudicante pode exigir, sem custos adicionais, que o Adjudicatário repita a execução da obra ou substitua os equipamentos defeituosos, salvo se tal se revelar impossível ou constituir abuso de direito.
6. A Entidade Adjudicante pode exigir a redução do preço ou ser indemnizada se os defeitos não forem corrigidos, sem prejuízo do exercício do direito de resolução do contrato.

VIII. RESPONSABILIDADE

1. O Adjudicatário garante que a empreitada será executada nos termos da Proposta adjudicada e em conformidade com este Caderno de encargos.
2. Em caso de incumprimento, o Adjudicatário será responsável perante a Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.
3. O Adjudicatário é responsável por qualquer indemnização que a Entidade Adjudicante tenha de pagar a terceiros e por quaisquer pedidos, processos, danos, custos, perdas e despesas em que a Entidade Adjudicante incorra devido a factos imputáveis ao Adjudicatário ou a subcontratados.
4. Se o Adjudicatário não cumprir as suas responsabilidades, a Entidade Adjudicante pode reparar os danos e debitar os custos ao Adjudicatário, deduzindo o valor da caução ou dos pagamentos.

IX. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

A avaliação das propostas e a adjudicação do contrato serão efetuadas com base no critério da **Proposta Economicamente mais vantajosa**, conforme o disposto no artigo 99º, nº1 alínea b) do Código da Contratação Pública (CCP). Para este efeito, serão considerados os seguintes fatores de ponderação:

A **Qualidade Técnica** será medida através dos seguintes subcritérios:

- i. **Conformidade com as Especificações Técnicas (15%):** Avaliação da conformidade da proposta com as especificações e requisitos técnicos descritos no Caderno de encargos, Isso pode incluir a adequação dos materiais propostos, o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis, e a capacidade técnica da proposta para atender às necessidades do projeto.
 - **Pontuação:** de 0 a 10 pontos.
- ii. **Metodologia e Soluções técnicas (20%):** Análise da metodologia proposta para a execução da obra, incluindo inovações tecnológicas, soluções técnicas sugeridas, e a abordagem para minimizar riscos e imprevistos durante a execução.
 - **Pontuação:** de 0 a 10 pontos.
- iii. **Experiência e Capacidade Técnica do Empreiteiro (15%):** Avaliação da experiência do empreiteiro em obras similares, incluindo a análise de projetos passados, capacidade técnica da equipa, e a disponibilidade de equipamentos e recursos.
 - **Pontuação:** de 0 a 10 pontos.

Cálculo da Qualidade Técnica:

| | | | |
|--------------------------|---|---|------|
| Qualidade Técnica | = | $\frac{(\text{Pontuação em Conformidade}) + (\text{Pontuação em Metodologia}) + (\text{Pontuação em Experiência})}{30}$ | x 50 |
|--------------------------|---|---|------|

1. **Prazos de Execução (30%)**

- Avaliação da capacidade da proposta em cumprir ou melhorar os prazos de execução estipulados (90 dias).
- Serão considerados prazos mais curtos do que os exigidos, desde que tecnicamente viáveis e sem comprometer a qualidade.

O critério **Prazos de Execução** será medido pela análise dos prazos propostos em relação ao prazo máximo estabelecido no Caderno de encargos:

- i. **Cumprimento do Prazo (20%):** Avaliação do prazo de execução proposto em comparação com o prazo padrão estipulado no Caderno de encargos.

- **Pontuação:** Propostas que oferecem prazos mais curtos podem receber uma pontuação superior:
 - ✓ Prazo proposto = Prazo estipulado: 7-8 pontos.
 - ✓ Prazo proposto < Prazo estipulado (redução significativa): 9-10 pontos.
 - ✓ Prazo proposto > Prazo estipulado (dentro do limite permitido): 0-6 pontos.
- ii. **Viabilidade dos Prazos (10%):** Avaliação da viabilidade dos prazos propostos, considerando o cronograma apresentado e a capacidade do empreiteiro em cumprir com esses prazos.
- **Pontuação:** de 0 a 10 pontos.

Cálculo dos Prazos de Execução:

$$\text{Prazos de Execução} = \frac{(\text{Pontuação em Cumprimento}) + (\text{Pontuação em Viabilidade})}{20} \times 30$$

2. Preço (20%)

- Avaliação do custo total da proposta, considerando o preço mais baixo.

O critério **Preço** será baseada na comparação entre as propostas recebidas. Nesse caso, a pontuação será atribuída de forma relativa, onde a proposta com o menor preço obtém a pontuação máxima, e as outras propostas recebem pontuação proporcional, de acordo com a fórmula abaixo.:

Pontuação: A proposta com o menor preço obtém a pontuação máxima de 10 pontos, e as outras propostas são pontuadas proporcionalmente:

Fórmula:

$$\text{Pontuação do Preço} = \frac{\text{Menor Preço Proposto}}{\text{Preço da Proposta em Avaliação}} \times 10$$

Cálculo Final do Critério Preço

Depois de calcular a pontuação para cada proposta:

$$\text{Pontuação Final do Preço} = \frac{\text{Pontuação Obtida}}{10} \times 20$$

Método de Cálculo da Pontuação Final:

A pontuação final de cada proposta será calculada somando-se as pontuações obtidas em cada um dos critérios ponderados:

$$\{\text{Pontuação Final}\} = \{\text{Qualidade Técnica}\} + \{\text{Prazos de Execução}\} + \{\text{Preço}\}$$

A proposta que obtiver a maior pontuação final será considerada a proposta economicamente mais vantajosa e, portanto, recomendada para adjudicação.

X. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

- a) O INPS, na qualidade de Entidade Adjudicante, reserva-se o direito de não aceitar propostas que estejam em desacordo com este Caderno de encargos o Programa do Concurso ou qualquer dispositivo legal vigente, ou que apresentem valores excessivos ou manifestamente inexequíveis.
 - b) Propostas técnicas que contenham referência à proposta de preço.
-

Cidade da Praia, aos 28 de agosto de 2024

Pela Unidade de Gestão das Aquisições – UGA

Queira aceitar os nossos melhores cumprimentos,



Ingrid Pereira Tavares
- Coordenadora UGA -